

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.506, DE 2001 (Apenso o Projeto de Lei nº 2.112, de 2007)**

Determina que as indústrias de bebidas alcoólicas custearão as despesas de recuperação de dependentes de álcool.

**Autor:** Deputado ÊNIO BACCI

**Relator:** Deputado COLBERT MARTINS

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto aqui examinado determina que as indústrias de bebida alcoólica custearão as despesas de recuperação de dependentes de álcool.

Segundo o Projeto, o custeio do tratamento se dará mediante a implantação e manutenção, em cada Estado, de clínicas especializadas na recuperação de dependentes de álcool, ou pela celebração de convênios com clínicas particulares especializadas.

O não cumprimento da obrigação de custear os dependentes, consoante a proposição, constitui crime a ser punido por detenção de um a três anos.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio aprovou o Projeto, sem emendas. A Comissão de Seguridade Social e Família votou, por sua vez, pela rejeição da matéria. Em seguida, a Comissão de Finanças e Tributação opinou pela não implicação financeira da matéria no aumento ou na diminuição das receitas ou das despesas públicas. Concluiu, além disso, que

não caberia pronunciamento no que concerne à adequação financeira e orçamentária do Projeto.

Ao Projeto de Lei nº 4.506, de 2001, apensou-se o Projeto de Lei nº 2.112, de 2007, o qual institui contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao financiamento de ações de tratamento e recuperação de dependentes químicos do álcool, à alíquota de 10%(dez por cento), incidente sobre lucro obtido com a fabricação e importação de bebidas alcóolicas.

Pelo Projeto apenso, são contribuintes as pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de fabricação, importação, mistura, engarrafamento ou qualquer forma de processamento de bebidas alcóolicas.

O Projeto de Lei nº 2.112, de 2007, dispõe que a base de cálculo é o resultado de cada período, apurado de acordo com a legislação do Imposto de Renda.

Chega em seguida a matéria a este Colegiado, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Incumbe a esta Comissão, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre os projetos, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Cabe a todos os entes da Federação, Municípios, Estados e União, cuidar da saúde, consoante o inciso II do art. 23 da Constituição Federal.

O art. 197 da Carta Magna considera ser de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor sobre elas, mediante lei.

Esta relatoria não vê impedimento à deflagração do processo legislativo em matéria de saúde, até porque o Parlamento é o fórum permanente capaz de interligar os três entes da Federação.

Também não se detectam injuridicidades: responsabilizar-se pelo dano causado ao consumidor é um princípio acolhido em nosso direito. Demais, não há problemas de técnica legislativa no Projeto de Lei nº 4.506, 2001.

Já o Projeto de Lei nº 2112, de 2007, não tem amparo na Carta Magna, em seu art. 149 , **caput**. A intervenção visando à manutenção de tratamento de dependentes de álcool não constitui intervenção na área econômica do ramo industrial que produz bebidas alcóolicas. Não há, pois, fundamento constitucional à matéria, embora, não sendo esse o fórum para tal, não se discutam aqui os seus inequívocos méritos. Eis por que deixo de examinar o apenso nos aspectos da juridicidade e da técnica legislativa.

Ante o exposto, esta relatoria vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.506, de 2001 e pela inconstitucionalidade do Projeto apenso, o PL nº 2.112, de 2007.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado COLBERT MARTINS  
Relator